

Bloco a alternativa à austeridade

A austeridade do PSD/CDS devastou o distrito e o país.

Mais do que isso, sacrificou as pessoas à ganância dos bancos e das grandes fortunas.

É urgente derrotar a austeridade e iniciar um novo caminho. Derrotar o PSD/CDS, a nível nacional e autárquico, reforçando o Bloco de Esquerda, é o primeiro passo.

Assumimos os compromissos de melhorar as condições de vida da população do distrito de Aveiro. Lutaremos para concretizar todos esses objetivos. A nossa luta será tão eficaz quanto a força e apoio popular que tivermos. É nosso objetivo, então, crescer e fazer crescer o Bloco no distrito de Aveiro.

DERROTAR A AUSTERIDADE: UM PASSO QUE NECESSITA DE MUITOS OUTROS

Em 2016 comemoram-se os 40 anos da Constituição da República Portuguesa. É também o primeiro ano, desde a tomada de posse do Governo PSD/CDS, em que um Orçamento do Estado não tenta impor medidas inconstitucionais. Isso não é apenas um facto formal, representa verdadeiramente uma melhoria na vida das famílias.

Começamos pelo início: **o Governo PSD/CDS fez da austeridade o seu programa; apesar de agora tentarem renunciar ao seu legado, o que é certo é que juraram ir além da troika e disseram claramente que o seu objetivo era empobrecer o país e as pessoas.**

Esse programa político passou, grosso modo, pela concentração de riqueza nos já afortunados e na distribuição de inúmeras ajudas e apoios às cúpulas da finança e da burguesia. Além do esmagamento dos direitos do trabalho e do salário, quem não se lembra de todos os milhares de milhões de euros enterrados para salvar banqueiros ou na solicitude com que Passos e Portas desciam os impostos sobre as grandes empresas ao mesmo tempo que aumentavam o IRS?

Esse programa passou ainda por uma visão fanática e ideologicamente orientada sobre o que são as funções do Estado, em particular as suas funções sociais. Com o PSD/CDS cortaram-se apoios a quem já nada tinha e substituíram-se esses apoios pela indignidade da sopa dos pobres; com o PSD/CDS cortou-se no Serviço Nacional de Saúde para fazer florescer o negócio privado da Saúde ou para pagar rendas à Santa Casa e outras entidades que tal; com o PSD/CDS martirizou-se a escola pública para pagar a colégios privados.

As consequências de tudo isto, já as conhecemos: empobrecimento da população, desemprego de massas, milhares e milhares de famílias sem conseguir fazer face às despesas mais básicas; milhares a terem que entregar as suas casas, a pedir ajuda para pagar a fatura da água ou da eletricidade. A nossa gente foi explorada, empobrecida, devastada...

Sabíamos bem que não podíamos permitir a continuidade desta política que prometia apenas uma coisa: aprofundar cada vez mais a austeridade. Sabíamos que o PS, por si só, não era uma alternativa. Aliás, bastava olhar para o seu programa eleitoral nas últimas eleições legislativas, onde previa o congelamento das pensões, cortes nas prestações não contributivas e facilitação dos despedimentos, por exemplo.

Sabíamos que nada podia ficar como dantes e a população sabia isso também. Por isso dissemos: é preciso uma alternativa e o Bloco é essa alternativa. E por sermos essa alternativa a população votou e confiou em nós. E deu-nos o melhor resultado de sempre.

A então PAF – entretanto em processo de divórcio litigioso e já de volta aos seus nomes originais – perdeu na Assembleia da República aquilo que já tinha perdido nas ruas: a maioria do povo. Foi então o momento de avançar, com a nossa força mais do que redobrada.

O Bloco de Esquerda impôs condições: **não aceitaríamos substituir uma política de austeridade por uma outra política de austeridade. Era preciso reconquistar direitos, devolver rendimentos, iniciar-se um novo caminho.** Foi isso que fizemos e pela primeira vez desde 2011 o Orçamento do Estado não traz consigo mais cortes adicionais. Pelo contrário, inicia uma trajetória de reversão de cortes, de aumento de salário e descongelamento de pensões.

É ainda pouco, muito pouco. Mas também não queremos ficar por aqui!

Queremos mais, muito mais, porque a nossa gente precisa urgentemente de ter direito a um salário digno que redistribua a riqueza e não a deixe concentrada nas mãos de 1% da população ou escondida num *offshore* qualquer. A nossa gente precisa de mais rendimento, de mais apoios, de mais emprego; precisa de melhor Saúde e de melhor Educação; precisa de solidariedade e não de esmolas; precisa de quem lute e não de quem se ajoelha perante Bruxelas e Estrasburgo.

AS ÚLTIMAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS

Em 2015 fizemos da campanha legislativa um momento de união, de combate e de alegria também. O projeto do Bloco de Esquerda agregou muitas outras pessoas: os seus aderentes e muitos simpatizantes que quiseram colaborar de inúmeras formas, fosse nas listas, fosse nas ações do dia a dia.

Lembre-mo-nos como alguns vaticinaram a morte do Bloco. A esses, demos-lhe a resposta mais adequada: fizemos uma campanha forte, de muito contacto com a população e alcançámos números nunca antes conseguidos. Elegemos um deputado no distrito e ficámos muito próximos do segundo. Não foi desta, será para a próxima.

A razão da nossa força foi, certamente, o empenho de todas as pessoas que militando tornaram a campanha possível, e foi também a justeza do nosso programa político e a necessidade das nossas propostas. Essas propostas eram necessárias então, são ainda mais necessárias agora. O nosso compromisso para os próximos dois anos é lutar pela concretização das mesmas.

O que propomos em campanha é para fazer depois da campanha. Sempre foi assim que vimos a política; desta vez não será diferente.

OS NOSSOS COMPROMISSOS COM O POVO E COM O DISTRITO DE AVEIRO

Assumimos os compromissos de **lutar por mais emprego com melhores salários** e mais direitos e por um sistema de educação que não seja um negócio, mas sim **uma escola direcionada para os alunos**. Propusemo-nos a **resgatar para a propriedade pública os bens que são de todos** e que são essenciais para a vida; apresentamos propostas para **um melhor Serviço Nacional de Saúde**, reforçando-o e revertendo a entrega de hospitais para a Misericórdia. Assumimos a **mobilidade como um dos temas prioritários para o distrito** e dissemos que o distrito necessitava de um **programa de emergência social para proteger a habitação**, que garanta o acesso a bens essenciais e que baixe a fatura que as famílias pagam pela eletricidade.

Assumimos esses compromissos, recebemos o apoio da população e elegemos no distrito de Aveiro. **Começamos, logo no dia a seguir às eleições a trabalhar para que as nossas propostas passassem a ser realidade. Algumas já conseguimos concretizar; as outras, continuaremos a fazer tudo por tudo para que sejam concretizadas.**

Por proposta do Bloco o aumento do salário mínimo é hoje uma realidade e chegará aos 600€ até 2019. Falta ainda concretizar o combate à precariedade, em particular ao uso abusivo de estágios e de CEI e CEI+. No distrito, esse expediente da exploração mais abjeta está disseminado em Centros de Saúde, Escolas, Autarquias e IPSS. Continuamos a exigir que a postos de trabalho permanentes têm que corresponder contratos de trabalho permanentes.

A escola pública deve ser de qualidade e não um isco para engordar os negócios privados na educação. Continuamos a defender que só devem existir contratos de associação com privados onde não houver oferta pública e caso persista esta necessidade, avaliar a construção de novas escolas públicas. O caminho é o do investimento nas escolas públicas, o da melhoria das condições, o da redução do número de alunos por turma, o do investimento no apoio aos alunos (em especial aos com maiores dificuldades e aos alunos com necessidades educativas especiais) e o da melhoria das condições de trabalho do seu corpo docente e demais funcionári@s. Recusamos os mega-agrupamentos, a municipalização e os projetos piloto que existem no distrito, por considerarmos que a municipalização torna os currículos e as escolas reféns do partidarismo e do caciquismo local e abre a porta à sua privatização.

Os bens públicos são de todos e não podem ser utilizados como forma de produção e acumulação de riqueza nas mãos de meia dúzia de fortunas. A apropriação privada de bens públicos é imoral e lança enormes problemas sociais. Manteremos a nossa oposição à privatização da água e da recolha de resíduos sólidos urbanos. Só garantindo estes serviços públicos é que garantiremos o acesso de bens essenciais a todas as pessoas. Bater-nos-emos por isso.

A Saúde foi um dos setores mais atacados pelo Governo PSD/CDS. O brutal aumento de taxas moderadoras e o encerramento de valências em hospitais dificultaram o acesso à Saúde; a fuga de médicos do SNS e a falta crónica de trabalhadores na área da Saúde colocaram vários serviços perto da rutura, como demonstraram as longas esperas nas urgências do Hospital de Santa Maria da Feira e do Hospital de Aveiro. O Bloco conseguiu anular a entrega do Hospital de S. João da Madeira a privados, mas necessitamos de conseguir muito mais. Queremos

reativar serviços de laboratório, radiologia e fisioterapia existentes em vários hospitais e deixar de convencionar estas respostas com privados. Queremos aumentar o número de camas públicas na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados. Conseguimos já aprovar a integração das 30 camas existentes no Centro de Saúde de Vale de Cambra, mas há muito caminho a percorrer. Queremos garantir a contratação de mais médicos, enfermeiros, técnicos e pessoal administrativo, de garantir melhores cuidados de proximidade, em especial os Cuidados de Saúde Primários.

Continuamos a apostar numa melhor mobilidade no distrito de Aveiro. Nesta legislatura conseguimos já aprovar um projeto para a conclusão do IC35 entre Penafiel e Entre os Rios. Esta obra deve ser vista e efetuada em conjunto com duas outras: a Variante Feira-Arouca e a Variante à N222, ligando Castelo de Paiva a Canedo. É necessário ainda abolir as portagens nas ex-Scut e garantir investimento e acesso a outros meios de transporte, em especial os transportes públicos que garantam às populações o acesso aos diversos serviços públicos. Por isso, continua a ser fundamental apostar na revitalização da Linha do Vouga e na manutenção da MoveAveiro na esfera pública. O aumento da mobilidade no distrito é fundamental para minorar as assimetrias entre o litoral e interior.

A austeridade só produziu crise e os mais afetados foram os mais pobres. O desemprego e o corte cego em apoios sociais criaram situações de emergência social que devem ter respostas da mesma dimensão. Proteger a habitação, o acesso aos bens fundamentais para viver condignamente e reduzir a fatura com a eletricidade são medidas essenciais para esse Programa de Emergência Social. No Parlamento conseguimos já aprovar a impenhorabilidade da habitação própria e permanente por dívidas fiscais e delineamos um programa que permite alargar a tarifa social a 1 milhão de famílias. Temos agora de garantir que estas medidas são colocadas no terreno e chegam efetivamente às famílias. Insistiremos ainda na proibição de corte de água, luz ou gás por falta de pagamento motivado por insuficiência económica.

É ainda necessário proteger e ordenar a orla costeira, combatendo a erosão de inúmeras praias no distrito. É também necessário ter uma política integrada para a Ria e para o Mar, promovendo o seu potencial económico e resgatando a dignidade da Ria de Aveiro enquanto património natural, histórico e cultural do distrito.

Estes são os nossos compromissos. Lutaremos por eles no distrito, na Assembleia da República e nas autarquias. Lutaremos por eles, a bem da população.

AUTÁRQUICAS: ENRAIZAR E GANHAR NOVAS POLÍTICAS

As eleições autárquicas de 2017 serão um importante desafio ao Bloco de Esquerda e ao país. Na maioria das autarquias reina o tempo da austeridade. A ideia de que a vida dos trabalhadores terá de ser pior no futuro é o fio condutor das suas políticas: especulação imobiliária, impostos elevados sobre a população, privatizações e concessões, parcerias público-privadas, desinvestimento no serviço público, ataque à habitação social e ação social diminuta, assistencialista e externalizada. Juntam-se ainda as práticas de caciquismo e de afunilamento da democracia. É necessário romper com este atavismo.

No distrito, Águeda e Mealhada tornaram-se em municípios cobaia da municipalização da educação. Estas autarquias governadas pelo PS colocaram-se na linha da frente desta medida de desestruturação da Escola Pública do anterior governo PSD/CDS-PP. Quem se junta à primeira linha das políticas austeritárias do anterior governo desiste de ser alternativa.

É necessário um novo ciclo autárquico que coloque as Câmaras Municipais ao serviço das necessidades sociais das populações. O Bloco deve dar essa resposta. Nesse sentido, as eleições autárquicas devem ser o final de uma caminhada de construção de programa, de lutas e de alargamento orgânico e social. No distrito, as candidaturas autárquicas do Bloco devem procurar as maiores convergências em torno desses programas alternativos que rompem com a austeridade e aprofundem políticas de igualdade. O Bloco poderá ainda apoiar candidaturas independentes onde tal traduza movimentações sociais de defesa dos serviços públicos e de direitos sociais.

Os últimos atos eleitorais – europeias, regionais da Madeira e legislativas – mostraram que a opção pelas candidaturas próprias foi fulcral para o aumento a influência social e para a consolidação do projeto do Bloco. De igual modo, as legislativas demonstraram que apenas é possível modificar as políticas governativas e romper com o ciclo de empobrecimento quando a esquerda alcança a força eleitoral suficiente para esse processo.

A forma como o Bloco se apresenta a eleições é reflexo da forma como se constrói como partido. No caso, as autárquicas são essenciais para o enraizamento local. Candidaturas abertas e participadas num elevado número de concelhos contribuem para um partido de massas.

A agenda das Assembleias Municipais e de Freguesia e os executivos municipais não podem ser um espartilho à atividade do Bloco. Os representantes eleitos e os ativistas do Bloco apresentarão propostas de defesa do seu programa e das populações. Levarão os assuntos relevantes aos órgãos autárquicos e aumentarão o escrutínio público através de sessões de temas relevantes. A atividade do Bloco é contudo bastante mais ampla, na sociedade e em todas as esferas da vivência. É aí que estaremos.

UM BLOCO ABERTO E FUNDADO NA DIVERSIDADE

Em 1999, o Bloco de Esquerda criou um novo espaço político no país. Espaço que se veio a consolidar. Criou uma identidade própria, assente na diversidade e na pluralidade e com o objetivo de virar a página ao rotativismo. Trouxe, de forma partilhada com tantos outros, inovação e força à luta social. É necessário continuar esse caminho com a criação de espaços de participação, mas também de procurar e buscar o envolvimento de todos e todas. Nos últimos dois anos, o número de aderentes aumentou 17%. Apenas um partido aberto, participado e democrático pode crescer continuamente.

O Bloco ajudou decisivamente a alcançar várias vitórias legislativas mas também na esfera da ideias, seja na justiça na economia, na reforma fiscal, no combate à precariedade, na luta contra a violência doméstica, na despenalização da interrupção voluntária da gravidez, na esfera dos direitos LGBT, no combate ao racismo institucional, entre muitas outras áreas.

Nunca marginalizou nem secundarizou nenhuma luta justa. Só assim se pode derrotar o conservadorismo. O Bloco não se deve cingir às paredes das suas sedes, o seu ambiente são as lutas sociais e o envolvimento social.

O espírito e a capacidade de militância foram essenciais para o Bloco no seu período de refluxo eleitoral. São igualmente fundamentais para os novos e exigentes tempos que vivemos.

UMA EUROPA SEM SOCIAL E SEM DEMOCRACIA

A crise dos refugiados mostra a face de uma Europa desumanizada, onde o racismo é cada vez mais assumido publicamente. **O acordo União Europeia – Turquia para expulsão de refugiados a troca de 3 mil milhões de euros, a que se juntam os muitos milhões dos programas repressivos nas fronteiras da UE, mostram como existem fundos e como esses são aplicados a quebrar direitos humanos.**

A União Europeia é rápida e firme a apoiar governos de austeridade e a imprimir essa marca nos orçamentos dos estados-membros. É silenciosa e cúmplice com os países que violam descaradamente os direitos humanos e tratados europeus, onde a Hungria é o expoente máximo.

A crise dos refugiados, o referendo no Reino Unido, a ascensão ao poder em vários países, e votações expressivas em França e Alemanha, da extrema direita, coloca em evidência o antieuropeísmo praticado pelos autoproclamados guardiões da UE. O Bloco sempre se bateu por uma Europa dos Povos, um processo constituinte para uma Europa solidária.

Representante da Lista: Luís Sá

Candidatos:

1. Moisés Ferreira
2. Nelson Peralta
3. Violeta Ferreira
4. João Dias
5. Eva Braga
6. Joaquim Dias
7. Virginia Matos
8. Miguel Jesus
9. Rita Baptista
10. Nuno Serrano
11. Amadeu Oliveira
12. Raquel Valentim
13. Eduardo Ferreira

Candidatos suplentes:

1. António Neto
2. Ana Luzia
3. Carlos Pais
4. João Moniz
5. Lígia Oliveira
6. Luís Sá
7. Vítor Gonçalves
8. Ana Maria Pereira
9. Carlos Veiros
10. Luís Grilo
11. Rita Alves
12. Paulo Renato
13. Cláudia Ribeiro
14. Rui Tiago Silva
15. Dilan Granjo